

**Processo n.º CPI 03/ANSR/2024**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados**

**CPV 35121300-1 - Acessórios de segurança.**

## **Parte I**

### **Cláusulas Jurídicas**

#### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato que tem por objeto a **“Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados”** de acordo com as Cláusulas Técnicas, descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Documentos Integrantes do contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos de erros e omissões das peças do procedimento identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e Anexos;
  - d) O Programa;
  - e) A proposta adjudicada;
  - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
1. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto a ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do mesmo diploma legal.
3. A Entidade Adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo Caderno de Encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

##### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Início e Vigência do Contrato**

O contrato inicia a sua vigência na data da sua outorga e perdurará até à entrega total dos bens objeto do contrato, que deverá ocorrer num prazo máximo de 45 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Local da entrega dos bens**

1. A entrega dos bens no âmbito do presente procedimento deverá ser efetuadas na sede da ANSR, na Av. de Casal de Cabanas, n.º 1, 2734-507 Barcarena.
2. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de alterar o local de execução do presente procedimento, mediante prévia comunicação ao Adjudicatário, sem custos adicionais.

**Capítulo II**

**Obrigações Contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do adjudicatário**

Cláusula 5.<sup>a</sup>

**Obrigações principais do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Proceder à entrega dos bens objeto do procedimento à Entidade Adjudicante, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, as características técnicas e ambientais mínimos níveis de serviço e os requisitos do fornecimento definidos no caderno de encargos e demais documentos contratuais;
  - b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a Entidade Adjudicante;
  - c) Não alterar as condições da entrega dos bens fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
  - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - e) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - g) Possuir os conhecimentos técnicos e o know-how, próprios das melhores práticas, necessários e adequados a um profissional competente, diligente, zeloso e tempestivo para cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - h) Aceitar o caderno de encargos mediante a assinatura da declaração de aceitação.

- i) O Adjudicatário deve dar imediato conhecimento à Entidade Adjudicante, da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com os terceiros subcontratados em relação com a execução do contrato e prestar-lhe toda a informação relativa à evolução dos mesmos.
2. Sempre que se constate que algum dos bens não está apto ou não cumpre adequadamente com a proposta para a aquisição dos bens objeto do presente procedimento, poderá a ANSR exigir a sua substituição, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no número seguinte.
3. O cumprimento da obrigação de substituição prevista no número anterior obedece às seguintes regras:
  - a) O Adjudicatário garante o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos nas Cláusulas Técnicas entre o bem substituído e o bem substituto.
  - b) A substituição do bem deverá contemplar um prazo não inferior a 10 dias úteis, sem qualquer encargo adicional para a Entidade Adjudicante;
  - c) A preterição das formalidades previstas nas alíneas anteriores constitui fundamento para a resolução do contrato por facto imputável ao Adjudicatário.

#### Cláusula 6.ª

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. Os bens objeto do contrato devem encontrar-se em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
3. O adjudicatário é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### Cláusula 7.ª

##### **Dever de Sigilo**

1. O adjudicatário, obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante ou a qualquer outra entidade, de que possa ter conhecimento no âmbito da execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário obriga-se a dar cumprimento às regras contidas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva n.º 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

5. As partes devem ainda limitar o acesso às informações confidenciais aos seus quadros e funcionários que a elas tenham de recorrer para a correta execução do contrato, assegurando que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade.
6. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos da prestação de serviços objeto deste caderno de encargos.
7. Os deveres referidos nos números anteriores abrangem igualmente as entidades subcontratadas pelo adjudicatário e a equipa técnica a afetar à presente prestação de serviços, devendo aquele assinar um compromisso de confidencialidade.
8. Encontra-se vedada a utilização do logótipo da Entidade Adjudicante para efeitos de publicidade com referência ao respetivo projeto.
9. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 20 (vinte) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa.

#### Cláusula 8.ª

##### **Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações ou elementos que lhe tenham sido disponibilizados ou cedidos pela Entidade Adjudicante ou dos quais tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por conta do mesmo.
2. Sempre que os serviços a prestar no âmbito do presente contrato envolvam o tratamento de dados pessoais por conta da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário encontra-se vinculado a cumprir rigorosamente com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (doravante referido como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou “RGPD”), bem como na demais legislação nacional ou internacional em matéria de proteção de dados pessoais.
3. Nos termos do referido no número anterior, e relativamente ao tratamento de dados pessoais efetuado por conta da Entidade Adjudicante no âmbito dos serviços objeto do presente contrato, a Adjudicatário obriga-se, nomeadamente, a:
  - a) Tratar os referidos dados pessoais exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato, apenas na medida do estritamente necessário para os fins delimitados pelo mesmo e de acordo com as instruções da Entidade Adjudicante.
  - b) Inibir-se de copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela Entidade Adjudicante.
  - c) Prestar o seu serviço de acordo com as obrigações de proteção de dados desde a conceção e por defeito, nos termos do artigo 25.º do RGPD;

- d) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - e) Cumprir com todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - f) Ter implementadas, à data do tratamento, as medidas técnicas e organizativas adequadas para a proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante contra qualquer violação da segurança que provoque, de modo accidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - g) Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à Entidade Adjudicante.
  - h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais estão sujeitas a obrigações de confidencialidade e receberam formação adequada quanto ao necessário cuidado a ter na proteção e tratamento de dados pessoais e, ainda, que os mesmos cumprem todas as obrigações previstas no contrato.
  - i) Colaborar com a realização de auditorias destinadas a aferir o nível de conformidade do Adjudicatário com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
  - j) Celebrar um acordo de tratamento de dados pessoais com a Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 28.º do RGPD, sempre que tal for exigível nos termos da referida norma.
4. Sem prejuízo do exposto acima, e caso os serviços objeto do presente contrato envolvam o tratamento de dados pessoais através de sistemas ou aplicações informáticas e, ainda, se o Adjudicatário fornecer serviços de tecnologias da informação à Entidade Adjudicante, o Adjudicatário assegurará a adoção e manutenção de medidas técnicas e organizativas adequadas a assegurar um nível de segurança adequado ao risco inerente a tais atividades de tratamento.
5. Caso tal venha a ser solicitado pela Entidade Adjudicante, o Adjudicatário deverá colaborar na concretização de uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados relativa aos serviços prestados ou a prestar e, ainda, deve colaborar para a implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade eventualmente identificados.
6. O Adjudicatário deve garantir que as entidades por esta subcontratadas se encontram obrigadas a cumprir o disposto no RGPD e na demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados, devendo tal obrigação encontrar-se contratualmente prevista.
7. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeito do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda



e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Segunda Contratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Segunda Contratante e o referido colaborador.

9. As partes ficam desde já autorizadas a comunicar o conteúdo do contrato, bem como os elementos com eles relacionados, à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e Garantia Técnica**

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante em execução do contrato, à exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Despesas**

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude das obrigações emergentes do respetivo contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução ou celebração do seguro.

#### **Secção II**

##### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

#### Cláusula 11.<sup>o</sup>

##### **Preço base e Preço contratual**

1. O preço base do contrato a celebrar é de 49.200,00 valor ao qual que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, não podendo exceder o montante indicado no número anterior, parâmetro base do preço contratual, conforme disposto no artigo 47.<sup>o</sup> do CCP.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, nomeadamente quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado para aferir o valor base do procedimento.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

### **Condições de pagamento**

1. Pela execução de todas as obrigações objeto do contrato a celebrar, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O referido pagamento do preço será efetuado com base na fatura apresentada com o detalhe dos bens entregues, nos termos da cláusula 26.º do presente caderno de encargos.:
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 (dez) dias.
4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária para o IBAN a indicar pelo Adjudicatário.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Faturação Eletrónica**

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, as pequenas e médias empresas, microempresas, assim como as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes estão obrigadas a aderir à faturação eletrónica no âmbito da execução de contratos públicos, a partir do dia 1 de janeiro de 2023.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo III**



## **Sanções contratuais e resolução**

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a. Sempre que forem excedidos os prazos acordados no âmbito do contrato o prestador de serviços ficará sujeito ao pagamento de multa correspondente a 20% sobre o valor da fatura;
  - b. Em caso de incumprimento na entrega de toda a documentação finalizada e validada, para a submissão ao Tribunal de Contas, pela Entidade Adjudicante;
  - c. Em caso de incumprimento do prazo estipulado para a entrega dos relatórios mensais;
  - d. Os pagamentos previstos nos números anteriores poderão estar sujeitos a descontos em faturas ainda não liquidadas.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas

injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
1. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada, por escrito, à outra parte.
  2. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
  - a) Pelo atraso na entrega dos bens objeto do contrato superior a 1 dia ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
  - b) Pela recusa da entrega dos bens.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das entregas já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
  - a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses;
  - b. O montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
1. O direito de resolução é exercido por via judicial.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se

este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### Cláusula 19.<sup>a</sup>

##### **Revisão de preços**

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

#### **Capítulo IV**

##### **Resolução de litígios**

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Capítulo V**

##### **Disposições finais**

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### **Gestor do Contrato e Gestor Suplente**

1. Nos termos do art. 290.º-A do CCP, a Entidade Adjudicante designará um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Ao gestor do contrato competem as funções legalmente atribuídas pelo art.º. 290º-A.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Comunicações e notificações**

1. As comunicações entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou, ainda, por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
2. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. O Adjudicatário ou o seu representante devem informar a Entidade Adjudicante, por escrito, sempre que qualquer mudança se verificar no respetivo domicílio ou sede.
4. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no caderno de encargos e na demais regulamentação do concurso e do contrato aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Cláusula 24.<sup>a</sup>

**Conflito de interesses e imparcialidade**

1. O Adjudicatário deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito com os interesses da Entidade Adjudicante.
2. O Adjudicatário obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.
3. O Adjudicatário obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da Entidade Adjudicante, quando tenham sido criados ou causados pelo adjudicatário ou por qualquer dos seus subcontratados.

Cláusula 25.<sup>a</sup>

**Contagem dos prazos**

Salvo disposição expressa em contrário, os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, incluindo sábados, domingos e dias feriados.

**CAPÍTULO VI**

Cláusula 26.<sup>a</sup>

**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Alcoolímetros descartáveis de uso único;

- Precisão Mínima: 98%;
- O alcoolímetro deverá ter no mínimo 3 níveis de medição; nomeadamente 0,00 g/L, 0,20 g/L e 0,50 g/L;
- Embalagem personalizada no exterior, frente e verso, com o logotipo da ANSR + conteúdos sobre a temática da condução sob a influência do álcool disponibilizados por esta Autoridade;
- A área mínima de personalização no exterior da embalagem é de 13 x 4,5 cm;
- No interior da embalagem, as instruções de utilização deverão ser gráficas, sem recurso a texto, de

compreensão universal;

- Certificação NF X 20-702 ou TÜV;
- Quantidade: 40.000 unidades;
- Data de Expiração da validade: 24 meses;
- Entrega nas instalações da ANSR: Avenida de Casal de Cabanas, nº 1, 2734-507 Barcarena.

**Anexo I**

**Compromisso de Confidencialidade e Ausência de Conflito de Interesses**

Considerando que:

A - Segunda Contratante foi escolhida para a aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados, à Primeira Contratante, tal como mais detalhadamente se contém no clausulado do contrato;

B – Atendendo à missão e aos objetivos de interesse público da Primeira Contratante, bem como à prossecução do princípio da igualdade de acesso dos interessados aos procedimentos de formação dos contratos públicos, é essencial à formação da sua vontade de contratar a aquisição de bens, bem como de manter a respetiva entrega, a inexistência, atual ou superveniente, de conflitos de interesse por parte da Segunda Contratante;

C – Para efeitos da aquisição de bens, ou no âmbito desta, a Segunda Contratante pode ter acesso a Informação Confidencial, entendendo-se como tal todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela Primeira Contratante, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da aquisição de bens ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da Primeira Contratante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pela Segunda Contratante, no âmbito da aquisição de bens, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal;

D - Em caso de dúvida, são tratados como Informação Confidencial todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito da aquisição de bens, até ao momento, e na precisa medida, em que a própria Primeira Contratante os torne públicos;

- i. A Segunda Contratante declara que a aquisição de bens não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na aquisição de bens, tenha, com qualquer outra entidade. Para os efeitos do presente termo, existirá conflito de interesses sempre que as relações entre a Segunda Contratante e esta entidade comprometam, real ou potencialmente, a realização do princípio de igualdade entre interessados ou concorrentes e possam determinar a impugnação de concursos ou procedimentos adjudicatórios com fundamento na violação desse princípio.
- ii. A Segunda Contratante obriga-se a usar de um grau elevado de rigor na deteção, avaliação e documentação de situações potencialmente enquadráveis no ponto I.
- iii. A Segunda Contratante obriga-se a notificar de imediato a Primeira Contratante em caso de se verificar supervenientemente qualquer situação enquadrável no ponto I, bem como a facultar-lhe, mediante solicitação, qualquer informação que esta exija para comprovação do consagrado no ponto II.
- iv. A Segunda Contratante obriga-se a:  
Observar absolutos deveres de sigilo e confidencialidade quanto a Informação Confidencial da Primeira Contratante;
  1. Proteger a Informação Confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
  2. Na sua organização interna para a aquisição de bens, limitar a comunicação da Informação Confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela aquisição;
  3. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absolutos sigilo e confidencialidade em relação à Informação Confidencial;
  4. Não proceder a qualquer cópia de Informação Confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da aquisição de bens;
  5. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela Primeira Contratante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da aquisição de bens, mesmo que não sejam de considerar Informação Confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a aquisição de bens;
  6. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidas pela Primeira Contratante, mesmo que não sejam Informação Confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.

- v. A Segunda Contratante obriga-se a não incluir em equipas de trabalho que, eventualmente, venha a constituir para a aquisição de bens com idêntico objeto a entidades terceiras, qualquer dos seus agentes, funcionários ou colaboradores que participem em qualquer das atividades relacionadas com a aquisição de bens, ou que, por qualquer outra via, possam ter acesso a dados e informações obtidos exclusivamente pela sua intervenção na referida aquisição.
- vi. A Segunda Contratante aceita que, em caso de:
  - 1. Falsidade demonstrada da declaração constante do ponto I; ou
  - 2. Grave violação dos deveres assumidos no ponto II e ausência de comprovação de medidas adotadas para corrigir a situação, para além do prazo que a Primeira Contratante lhe fixar; ou
  - 3. Manutenção de situação prevista no ponto III, para além do prazo que a Primeira Contratante lhe fixar para a remediar; ou
  - 4. Não cumprimento pontual de qualquer das obrigações que resultam dos pontos IV e V.
- vii. Pode a Primeira Contratante, independentemente dos termos constantes do Contrato, resolver o referido Contrato, sem prejuízo da responsabilidade em que incorra perante a Primeira Contratante.
- viii. A Segunda Contratante obriga-se a cumprir pontualmente todas as obrigações previstas nos pontos IV e V por um prazo de 2 anos, a contar da finalização da aquisição de bens.

Assinaturas



## ANEXO II

### ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

#### Considerando que:

- a) As Partes celebraram Contrato de “Aquisição de alcoolímetros descartáveis personalizados”, relativamente ao qual o presente Acordo faz parte integrante;
- b) Para a entrega dos bens objeto do Contrato e para o cabal cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo, revela-se necessário que a Subcontratante trate dados pessoais por conta da ANSR.
- c) Na medida do exposto, impõe-se dar cumprimento ao regime previsto no artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (doravante referido como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou “RGPD”).

As Partes acordam celebrar o presente Acordo – o qual se rege pelas seguintes cláusulas e pelo respetivo Apêndice, que do mesmo faz parte integrante –, visando assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do RGPD e demais legislação que lhes seja aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

#### Cláusula 1.ª

##### **Noções Gerais**

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por:

- a) **“Autoridade de Controlo”**: Autoridade pública e independente criada por um Estado-Membro para efeitos de fiscalização da aplicação do RGPD.
- b) **“CNPD”**: A Comissão Nacional de Proteção de Dados, entidade administrativa independente, com personalidade jurídica de direito público e poderes de autoridade, que controla e fiscaliza o cumprimento do RGPD e das demais disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais.
- c) **“Dados Pessoais”**: Qualquer informação relativa a uma pessoa singular, identificada ou identificável, tal como definido na alínea 1) do artigo 4.º do RGPD, a que a Subcontratante tenha acesso para a execução dos serviços nos termos do presente Acordo;
- d) **“Lei Aplicável”**: A legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais e de privacidade, incluindo o RGPD, a que a ANSR se encontra sujeita, bem como qualquer orientação vinculativa, deliberação ou código de conduta emitida pelas Autoridades de Controlo relevantes;
- e) **“Perdas”**: Qualquer reclamação, perda, dano, custo, taxa, imposto, honorários, despesa ou outra responsabilidade de qualquer natureza, incluindo quaisquer prejuízos diretos, indiretos ou consequentes;
- f) **“Reclamação”**: Pedido de indemnização, reivindicação, queixa, ação ou processo, independentemente da sua natureza;
- g) **“Serviços”**: Os serviços contratados à Subcontratante que envolvam o tratamento de dados pessoais, conforme descrito no Contrato;
- h) **“Sociedade do Grupo da Subcontratante”**: Sociedade em relação à qual a Subcontratante ou a sociedade-mãe desta detenham, direta ou indiretamente, qualquer percentagem do capital social ou que com estas esteja em relação de domínio ou grupo;
- i) **“Sub-Subcontratante”**: Quaisquer pessoas singulares ou coletivas que tratem dados pessoais por conta da Subcontratante;
- j) **“Tratamento”**: A operação ou o conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição, tal como definido na alínea 2) do artigo 4.º do RGPD;
- k) **“Violação de dados pessoais”**: Qualquer violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Cláusula 2.<sup>a</sup>

**Tratamento de dados pessoais**

O objeto, natureza, duração e finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como as categorias dos respetivos titulares e o tipo de dados objeto de tratamento, encontram-se previstos no Apêndice do presente Acordo, o qual faz parte integrante do mesmo.

Cláusula 3.<sup>a</sup>

**Tratamento de acordo com as instruções da ANSR**

1. A Subcontratante garante, em relação a todos os dados pessoais que trate por conta da ANSR, que:
  - a) Apenas tratará os referidos dados pessoais para efeitos da prestação dos Serviços e exclusivamente com base nas instruções da ANSR ou conforme os termos que possam posteriormente ser acordados por escrito entre as Partes.
  - b) Não exercerá controlo nem transferirá, ou tentará transferir, o controlo dos referidos dados pessoais a terceiros, exceto se instruída nesse sentido e por escrito pela ANSR.
  - c) Não tratará, aplicará ou utilizará os dados pessoais para finalidade diversa daquela que for indicada pela ANSR ou que não seja requerida ou necessária à prestação dos serviços objeto do Contrato.
  - d) Não tratará os dados pessoais para fins próprios, nem fará uso dos mesmos em qualquer produto ou serviço disponibilizado a terceiros.
2. A Subcontratante deve dispor de procedimentos adequados e implementar as medidas técnicas necessárias para assegurar o cumprimento das instruções da ANSR relativamente ao tratamento de dados pessoais, como sejam, designadamente, e conforme a natureza dos serviços objeto do Contrato:
  - a) Procedimentos e medidas adequadas a assegurar resposta ao exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais, bem como outros pedidos formulados à ANSR em relação aos mesmos;
  - b) Meios técnicos, organizativos e de interfaces ou suporte adequados aos processos da ANSR, que lhe permitam assegurar o fornecimento das informações aos titulares dos dados, conforme exigido pela Lei Aplicável;
  - c) Meios técnicos e organizativos que lhe permitam atualizar, alterar ou corrigir os dados pessoais a pedido da ANSR;
  - d) Meios técnicos e organizativos que lhe permitam cancelar ou bloquear o acesso a dados pessoais após o recebimento de instruções da ANSR nesse sentido.
3. A Subcontratante dispõe de meios técnicos e organizativos adequados ao cumprimento da Lei aplicável e reúne todas as condições para executar todas as suas obrigações resultantes do Contrato e do presente Acordo em relação a dados pessoais, de modo a assegurar que a ANSR não incorrerá na violação das suas obrigações nos termos da Lei Aplicável.
4. Sempre que solicitado pela ANSR, e para que esta possa cumprir as suas obrigações nos termos da Lei Aplicável, a Subcontratante prestará a cooperação, assistência e informação necessárias para cumprir quaisquer orientações, decisões e prazos definidos pela Autoridade de Controlo.
5. A Subcontratante deve informar a ANSR, sem demora injustificada, sempre que:
  - a) Uma instrução da ANSR possa violar a Lei Aplicável; ou
  - b) Estiver sujeita a requisitos legais que tornem ilegal ou impossível agir de acordo com as instruções da ANSR ou cumprir a Lei Aplicável.
6. A Subcontratante não terá direito ao reembolso de quaisquer custos em que possa incorrer em resultado ou em conexão com o cumprimento das obrigações que para a mesma decorram do presente Acordo ou da Lei Aplicável.
7. Quando solicitado, por escrito, pela ANSR, a Subcontratante deverá disponibilizar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o registo do tratamento de dados pessoais efetuado por conta da ANSR, nos termos do artigo 30.º, n.º 2 do RGPD.

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Segurança do tratamento**

1. A Subcontratante manterá os dados pessoais da ANSR separados de quaisquer outros dados pessoais tratados por conta de terceiros.
2. A Subcontratante deve adotar e manter medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas a assegurar um nível de segurança adequado ao risco inerente ao Tratamento, garantindo a proteção da informação contra qualquer violação de dados pessoais, designadamente, e quando aplicável ao tratamento de dados efetuado em virtude dos serviços objeto do Contrato:
  - a) Pseudonimização e cifragem dos dados pessoais;
  - b) Controlo de acessos e restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de

- registos de atividade;
- c) Realização de backups;
- d) Armazenamento de documentos em salas trancadas de acesso restrito;
- e) Capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- f) Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
- g) Processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

#### Cláusula 5.ª

##### **Segurança das comunicações**

A Subcontratante deve adotar medidas técnicas e organizativas apropriadas para salvaguardar a segurança da rede de comunicações eletrónicas ou dos Serviços prestados à ANSR ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais, incluindo, designadamente, medidas para assegurar o sigilo das comunicações e impedir a vigilância ou interceção ilegal de comunicações e o acesso não autorizado a qualquer computador ou sistema utilizado.

#### Cláusula 6.ª

##### **Confidencialidade**

1. A Subcontratante deve assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, bem como os seus eventuais Sub-Subcontratantes que acedam aos referidos dados, estão sujeitos a obrigações de confidencialidade e receberam formação adequada quanto ao necessário cuidado a ter na proteção e tratamento de dados pessoais e, ainda, que os mesmos subscreveram cláusulas relativas ao tratamento de dados pessoais, cuja exigência não pode ser menor daquela que decorrer deste Acordo e do Contrato.
2. A Subcontratante será responsável por qualquer divulgação de dados pessoais por qualquer pessoa ou entidade *supra* referida, tal como se a mesma tivesse efetuado essa divulgação.

#### Cláusula 7.ª

##### **Sub-subcontratação**

1. A sub-subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais, ao abrigo do presente Acordo e do Contrato, a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo a outras Empresas do Grupo da Subcontratante, apenas é admissível mediante autorização expressa, por escrito, por parte da ANSR.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a Subcontratante deverá enviar notificação escrita à ANSR, considerando tacitamente autorizada a sub-subcontratação, caso esta não manifeste a sua oposição no prazo de 10 dias úteis contados da receção da notificação.
3. A sub-subcontratação apenas é admissível mediante a verificação dos seguintes requisitos cumulativos:
  - a. A Subcontratante notificar por escrito a ANSR do nome ou designação, bem como da sede ou estabelecimento principal do respetivo Sub-Subcontratante.
  - b. A Subcontratante notificar por escrito a ANSR das alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros Sub-Subcontratantes.
  - c. A Subcontratante fornecer todos os detalhes à ANSR concernentes com o Tratamento a ser realizado pelo Sub-Subcontratante em relação aos Serviços, bem como outras informações que possam ser solicitadas pela ANSR para efeitos do cumprimento da Lei Aplicável;
  - d. A Subcontratante tiver imposto à Sub-Subcontratante termos contratuais juridicamente vinculativos não menos onerosos do que os contidos no presente Acordo, sujeitos a forma escrita;
  - e. A Subcontratante garantir o cumprimento da Lei Aplicável, caso esteja em causa a transmissão de dados pessoais da ANSR para países terceiros, para efeitos de armazenamento.
4. Sempre que requerido pela ANSR, a Subcontratante assegura que qualquer Sub-Subcontratante por si contratado nos termos da presente Cláusula celebrará um acordo de Tratamento de dados com a ANSR em termos substancialmente idênticos aos do presente Acordo.

5. A Subcontratante reconhece que se mantém plenamente responsável perante a ANSR por qualquer incumprimento, ato ou omissão do Sub-Subcontratante ou qualquer outro terceiro por ele indicado, como se fossem atos ou omissões da própria Subcontratante, independentemente de ter cumprido as suas obrigações especificadas na presente Cláusula.
6. No caso de violação do presente Acordo causada por ações ou omissões de um Sub-Subcontratante, a Subcontratante reconhece à ANSR o direito de agir da forma que entender necessária, a fim de proteger e salvaguardar os dados pessoais, por referência aos termos do Contrato celebrado entre o Subcontratante e o Sub-Subcontratante.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Violação de dados pessoais e requisitos de notificação**

1. A Subcontratante notificará a ANSR da forma mais expedita possível, sem demora injustificada e no prazo máximo de 24 horas após tomar conhecimento de qualquer violação de dados pessoais.
2. A notificação referida no número anterior deve incluir, pelo menos, as informações previstas no n.º 3 do artigo 33.º do RGPD.
3. Na mesma notificação, ou noutra posterior, e logo que tal informação possa ser recolhida ou se tornar disponível, deve ainda a Subcontratante prestar qualquer outra informação que seja requerida pela ANSR relativa à Violação de Segurança.
4. A Subcontratante não deve disponibilizar ou publicar qualquer ficheiro, comunicação, aviso, *press release* ou relatório sobre qualquer Violação de dados pessoais em relação aos dados pessoais (doravante referidos como "Avisos") sem aprovação prévia e, por escrito, da ANSR.
5. As ações e medidas descritas nesta Cláusula devem, sem prejuízo do direito da ANSR poder obter compensação por danos causados, ser realizadas a expensas da Subcontratante, que deverá pagar ou reembolsar a ANSR por todos os custos, Perdas e despesas relacionadas com o custo da preparação e publicação dos Avisos.
6. A Subcontratante declara possuir os meios e recursos necessários para garantir à ANSR toda a assistência necessária ao suporte e implementação de ações e medidas de mitigação ou resolução que eventualmente decorram de qualquer violação de dados pessoais, ainda que a mesma afete outros clientes da Subcontratante.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Avaliações de impacto sobre a proteção de dados**

Quando solicitado pela ANSR, a Subcontratante:

- a) Colocará à sua disposição todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento da Lei Aplicável por parte da ANSR;
- b) Auxiliará a ANSR na concretização de uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados dos Serviços;
- c) Colaborará na implementação de ações de mitigação de riscos de privacidade eventualmente identificados.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Direito à auditoria**

1. A Subcontratante e os Sub-Subcontratantes obrigam-se a disponibilizar à ANSR, através dos respetivos auditores ou outros agentes, bem como à Autoridade de Controlo, as informações necessárias à demonstração do cumprimento das obrigações previstas no presente Acordo.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Subcontratante e os Sub-Subcontratantes autorizam a realização de auditorias ou inspeções aos seus sistemas, estabelecimentos comerciais, equipamentos e documentação envolvida nas atividades de tratamento realizadas por conta da ANSR, desde que:
  - a. Tal auditoria não envolva a verificação de dados relativos a terceiras entidades;
  - b. As entidades encarregues da auditoria estejam obrigadas a cláusulas de confidencialidade em relação às informações que as mesmas possam ter acesso ou conhecimento no decurso da realização das referidas auditorias ou inspeções;
3. A ANSR deverá suportar as suas próprias despesas resultantes da realização da referida auditoria.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### **Eliminação de dados pessoais**

1. Sempre que expressamente requerido pela ANSR, a Subcontratante deverá proceder ao apagamento, sem demora injustificada,

de quaisquer dos dados pessoais que lhe incumba tratar em decorrência do Contrato.

2. Após o termo ou caducidade deste Acordo, os dados pessoais que permaneçam na posse da Subcontratante, ou respectivos Sub-Subcontratantes, deverão, de acordo com a exclusiva decisão da ANSR, ser destruídos ou devolvidos a esta.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### **Notificações e avisos**

Sem prejuízo de outras regras que venham a ser estipuladas no que se refere às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas nos termos e para as moradas identificadas no Contrato.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### **Pedidos de informação**

Para efeitos de gestão e resposta a pedidos de divulgação de dados pessoais, questões, comunicações, notificações ou reclamações, efetuados por qualquer autoridade governamental, reguladora, de supervisão, nacional ou estrangeira, incluindo a Autoridade de Controlo, ou de qualquer titular de dados pessoais, a Subcontratante, bem como quaisquer Sub-Subcontratantes e salvo disposição contrária da Lei Aplicável:

- a) Devem informar a ANSR da respetiva receção, sem demora injustificada e no prazo máximo de um dia útil contado do momento do conhecimento da mesma, se um prazo inferior não for necessário para cumprir qualquer prazo legalmente imposto.
- b) Prestar à ANSR toda a assistência necessária ou conveniente, sem encargos adicionais, para efeitos da respetiva gestão e resposta, no estrito cumprimento dos prazos legais ou regulamentares aplicáveis.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Indemnização**

Sem prejuízo de qualquer outra indemnização prevista no Contrato, a Subcontratante indemnizará a ANSR, bem como os respetivos funcionários, colaboradores e agentes, por todas as Perdas decorrentes ou conexas com qualquer incumprimento das disposições previstas neste Acordo ou na Lei Aplicável, por parte da Subcontratante ou qualquer dos respetivos Sub-Subcontratantes.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Duração**

1. O presente Acordo terá início na data de sua assinatura (doravante referida como "Data de Início") e manter-se-á em pleno vigor até à rescisão ou termo do Contrato ou à conclusão do último dos Serviços ou pacotes de Serviços a serem executados nos termos do Contrato.
2. Após a Data de Início, as disposições do presente Acordo aplicar-se-ão a qualquer Tratamento de Dados Pessoais efetuados previamente à execução do Acordo durante qualquer fase de transição ou migração.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Lei aplicável**

O presente Acordo será regido e interpretado de acordo com o RGPD e demais legislação aplicável, e estará sujeito à jurisdição exclusiva dos tribunais portugueses.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Disposições finais**

1. Os apêndices deste Acordo serão considerados como partes integrantes do mesmo.
2. Este Acordo prevalece sobre todos os anteriores contratos, acordos, negociações e discussões eventualmente existentes entre as Partes relativamente às matérias que o mesmo visa regular.
3. A invalidade ou inexecutabilidade de qualquer cláusula ou disposição do presente Acordo, total ou parcial, apenas afetará a cláusula ou disposição em questão, permanecendo em vigor as restantes cláusulas e disposições.

O presente Acordo traduz a vontade das Partes, e vai ser assinado eletronicamente, considerando-se datado e válido com a data da última assinatura.

Pela ANSR

---

Pela Subcontratante

---